

Reforma Administrativa favorece apadrinhamentos e corrupção

A luta contra a reforma administrativa segue a todo vapor mesmo no recesso parlamentar. O SINDSEP-MG, juntamente com a Condsef/Fenadsef e demais entidades filiadas, está engajado nesta luta, denunciando, também pelas redes sociais, os prejuízos que a PEC causará ao país e desmontando argumentos que atacam o funcionalismo. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32 apresentada pelo governo Bolsonaro reúne uma série de mudanças que, em seu conjunto, configura o desmonte do serviço público, a fragiliza o papel do servidor e abre caminho para a corrupção.

A reforma administrativa não vai resultar em economia; servirá para favorecer a terceirização do serviço público, beneficiando políticos donos de empresas terceirizadas, nepotismo cruzado, apadrinhamento político e esquemas de corrupção.

A proposta é tão – se não mais – perversa quanto foi a reforma da previdência e a reforma trabalhista, todas elas são ataques diretos à classe trabalhadora. Devemos lutar agora contra a PEC 32 para que não seja aprovada.

A reforma tira a estabilidade do servidor e abre caminho para apadrinhamento político em cargos públicos, o que pode facilitar a corrupção e ainda deixa a população sem um bom atendimento. Precisamos de pessoas capacitadas trabalhando nos hospitais, nas escolas e na segurança pública. A reforma administrativa irá colocar apadrinhados, sem capacitação e que vai ser prejudicada é a população.

O servidor público concursado e com estabilidade no cargo é a pedra no sapato do corrupto. Não é à toa a PEC 32 de Bolsonaro/Guedes propõe acabar com a estabilidade e com concurso público.

A estabilidade é inegociável! Trata-se de uma proteção para o Estado e conseqüentemente para o povo. O período de experiência só existe também para beneficiar e facilitar investidas criminosas de políticos corruptos.

Servidor (a), mobilize-se! Diga não à reforma administrativa!

Participação de servidores negros no executivo federal cresceu entre 2000 e 2019

A presença de servidores públicos negros – pessoas pardas e pretas –, ingressantes no Executivo federal, aumentou nas duas décadas mais recentes. Em 2000, os novos servidores eram 76,5% brancos e 17% negros e, em 2019, 57% brancos e 38% negros, mas ainda persistem desigualdades que marcam a sociedade brasileira e o mercado de trabalho. A conclusão faz parte do diagnóstico apresentado no estudo exploratório “Cor ou Raça dos Servidores Cíveis Ativos do Executivo Federal (1999-2020)” que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou nesta terça-feira (20/7). O estudo explorou dados sobre cor ou raça do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), responsável pela gestão de informações de pessoal no governo federal.

Elaborado pelos pesquisadores do Ipea Tatiana Dias Silva e Felix Lopez, o estudo revelou dados com foco na cor ou raça dos servidores públicos civis, ativos e permanentes do Executivo federal. Embora a presença tenha crescido, Silva e Lopes evidenciaram que negros e negras no Executivo federal ainda são minoritários e sub-representados nos indicadores e recortes, quando compararam a participação desse grupo com o total da população e da força de trabalho. “Quando se consideram as posições de maior remuneração, qualificação ou autoridade e poder, a presença de servidores negros é ainda mais reduzida, em particular, das mulheres negras”, constataram os pesquisadores.

O estudo revelou que a menor presença de servidores negros foi verificada nos cargos em comissão (DAS), em carreiras selecionadas e cargos que exigem nível superior. Nestes últimos, no ano de 2000, os negros somavam 18,7% dos servidores. Em 2020, os cargos de nível superior eram ocupados por 27,3% de negros e 65,1% de brancos. Quanto à função DAS, Silva observou que embora tenha aumentado, a presença de negros se reduz à medida que o servidor ascende na hierarquia organizacional. Em relação às carreiras, a maior participação de homens negros só ocorre na de professor do ensino básico técnico e tecnológico dos institutos federais, e representam 21,5% dos docentes. Já as mulheres negras só ultrapassam 10% de participação nas carreiras de magistério e magistério superior, respectivamente, 14,9% e 10,2%.

A desigualdade racial ficou patente também no recorte da remuneração vinculada à escolaridade em vez do cargo do servidor. Em 2020, servidores negros tinham remuneração média inferior aos demais servidores com a mesma qualificação. Essa diferença é ainda maior entre os servidores com nível superior, sendo que a remuneração média dos negros em 2020 correspondia a 78% da remuneração dos brancos. Os pesquisadores analisaram também os servidores ativos em fevereiro de 2020 e os distribuíram conforme o ano de ingresso no Executivo federal, para controlar os efeitos das aposentadorias e baixas, constatando assim o maior ingresso de negros e negras nos últimos 20 anos.

Esse diagnóstico somente foi possível pelo aperfeiçoamento do registro de dados no Siape sobre cor ou raça, ressaltou Silva. A ausência desses dados no sistema foi reduzida de 17% dos registros em 1999 para 5% em fevereiro de 2020. Também houve aumento da participação de servidores públicos negros a partir de junho de 2014, ano inicial da Lei 12.990, que destina 20% das vagas em concursos públicos a pretos e pardos. “Colocamos uma lupa nos dados do Siape, para fazer esse diagnóstico, identificar áreas e possibilidades de políticas públicas e, à luz da legislação brasileira de cotas no serviço público, ter outros elementos para analisar o processo de implementação”, disse.

A pesquisadora do Ipea revelou ainda que as informações referentes à cor ou raça no Executivo civil federal estão disponíveis também no Atlas do Estado Brasileiro, plataforma de dados integrados idealizada e desenvolvida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest/Ipea), sobre a ocupação no serviço público, com dados por nível federativo e que alcançam os três poderes da República. “O Atlas traz gráficos dinâmicos e interativos, com acesso a planilhas para pesquisadores e gestores trabalharem com dados, além de permitir consultas sobre cor ou raça”, esclareceu Silva.

Servidores em defesa da democracia

O Fórum dos Servidores Federais (Fonasefe) – do qual fazem parte a Condsef/Fenadsef e o SINDSEP-MG - por meio de nota, considera “um absurdo estas atitudes golpistas externadas por integrantes deste governo com apoio de oficiais das forças armadas, que vem fazendo chantagens contra os integrantes do STF e do Congresso, para alterar o curso da história, para impedir a realização de eleições em 2022.” Veja a nota:

“EM DEFESA DA DEMOCRACIA E REPUDIO TOTAL AS TENTATIVAS DE GOLPE.

As entidades do Fórum dos Servidores Federais – FONASEFE, vem através do presente reafirmar a luta em defesa da democracia, da liberdade de expressão e da Constituição, que vem sendo duramente atacada pelas ameaças de golpes por integrantes do governo, que atentam contra a liberdade e as instituições democráticas.

E um absurdo estas atitudes golpistas externadas por integrantes deste governo com apoio de oficiais das forças armadas, que vem fazendo chantagens contra os integrantes do STF e do Congresso, para alterar o curso da história, para impedir a realização de eleições em 2022. Numa torpe tentativa de fazer o Brasil retroceder décadas, querem impor aos brasileiros a volta do voto impresso, pois, assim, os fraudadores, os milicianos poderão fraudar as eleições e se os candidatos desta quadrilha perder vão contestar o resultado e consumir o golpe deles impondo no cargo quem perdeu as eleições.

A história somente se repete na primeira vez como tragédia na segunda como Farsa (Karl Marx). Como a eleição do atual presidente, confirmou a repetição trágica da história vivida em 1964, o negacionismo, a corrupção entranhada neste governo, virou uma tragédia com mais de 546 mil brasileiros mortos, 19,5 milhões de infectadas na maior pandemia deste século. Mais de 20 milhões de desempregados, outros 50 milhões uberizados, precarizados e desesperançados, o País vive assombrado com o que virá no futuro, já temos mais de 113 milhões de brasileiros vivendo em insegurança alimentar.

E os responsáveis por esta tragédia, sem capacidade de reconhecer seus erros, fazem ameaças aos integrantes dos poderes, atacam magistrados da alta corte, enquanto blefam sobre um golpe de Estado para impor seus projetos.

Repudiamos veementemente estas ameaças exigimos apuração de todos os casos de corrupção e punição para todos que fizeram uso indevido dos recursos da pandemia, desviou de verbas do orçamento para comprar medicamentos ineficazes para combater a pandemia. Na atual conjuntura não existe espaço para golpes nem bravatas, precisamos sim que estas instituições cumpram seus papéis, na vigilância de fronteiras, no combate do maior mal que atinge a humanidade neste momento a covid-19 e todas as suas variantes. “A democracia admite tudo, menos crimes que visam destruí-la”. Convocamos a classe trabalhadora para ocupar as ruas deste País no dia 24 de Julho, lutamos pela vida, vacina Já, saúde, pão, educação e democracia. Os fascistas golpistas não passarão.

Brasília, 22 de Julho de 2021. Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais”



Confira as cidades que já possuem atos confirmados: Alfenas, Araguari, Araxá, Barbacena, BH, Brumadinho, Betim, Campo Belo, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Extrema, Governador Valadares, Itabira, Itajubá, Itaúna, Jampruca, Januária, Juiz de Fora, Lavras, Mariana, Muriaé, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Passos, Pirapora, Poços de Caldas, Ponte Nova, Raposos, Ribeirão das Neves, Santa Bárbara, Santos Dumont, São Sebastião do Paraíso, São João del Rei, Sete Lagoas, Serra do Cipó, Timóteo, Tiradentes, Tumiritinga, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Visconde do Rio Branco, Viçosa.